

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.950 - SE (2019/0050184-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ARACAJU
PROCURADOR : FLORA AUGUSTA VARELA ARANHA E OUTRO(S) -
SE000547A
AGRAVADO : MOACI DOS SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - COMPROVAÇÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* - ALTERAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE NOVA AÇÃO COM BASE EM NOVA CDA - SENTENÇA MANTIDA E PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DO NCPC - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

- A CDA somente pode ser substituída quando o vício decorrer de erro material ou formal, conforme entendimento do STJ.

- É impossível a substituição da CDA quando o vício apresentado se referir ao sujeito passivo da obrigação, conforme jurisprudência do STJ.

- No caso presente, a Execução Fiscal foi ajuizada contra MOACI DOS SANTOS, sendo que, posteriormente, constatou-se que o imóvel correlato pertence a outro contribuinte.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente aponta ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas.

No mérito, alega violação aos arts. 166, VI, e 167, II, do CC, asseverando que:

a) "ineficaz perante a Fazenda Pública qualquer alegação em torno da ilegitimidade passiva na execução fiscal de origem, visto que a transferência do domínio, para se perfectibilizar, necessita da quitação dos débitos incidentes sobre o bem imóvel de responsabilidade da parte alienante" (fl. 418); e b) deve prosseguir o executivo fiscal "perante a pessoa do executado, ora vendedor no negócio jurídico simulado", "sendo despidendo o ajuizamento de ação própria, quando há, nos autos, prova pré-constituída do ilícito" (fl. 418).

Não houve apresentação de contrarrazões.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial tendo em vista a conformidade do aresto impugnado com a orientação firmada no julgamento do REsp 1.045.472/BA, submetido à sistemática dos recursos repetitivos. No mais, não admitiu o apelo excepcional por entender que: a) "não há violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, se o acórdão vergastado encontra-se suficientemente fundamentado" (fl. 346); e b) "a questão demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório" (fl. 348), a atrair o óbice da Súmula 7/STJ.

O agravante afirma, em síntese, que: "a decisão agravada simplesmente apresenta argumentos que configuram flagrante e inadmissível invasão da competência do e. STJ" (fl. 358); e b) não aplicável a Súmula 83/STJ, tendo em vista que o recurso especial interposto é fundado na divergência jurisprudencial (fl. 358).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O presente agravo não pode ser conhecido, pois o agravante não cuidou de impugnar o fundamento adotado na decisão agravada quanto à **ausência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015** e à **aplicação do impeditivo de que trata a Súmula 7/STJ**.

O agravo em recurso especial que não afasta os fundamentos que levaram a não admissão do recurso especial não deve ser conhecido, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, c/c o princípio estabelecido na Súmula 182/STJ.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação dos fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que se conheça do respectivo agravo.

2. A parte agravante não infirmou especificamente a incidência do óbice da Súmula 83/STJ. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

3. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

4. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento de que o óbice da Súmula 83/STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea "a".

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 991.297/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 11/05/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO

IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. CONFIRMAÇÃO DA AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."

2. A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial atrai a incidência do óbice previsto na Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental improvido.

(AgInt no AREsp 986.062/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 22/02/2017)

É dever do agravante demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, c/c o princípio estabelecido na Súmula 182/STJ, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não impugnaram todos os fundamentos da decisão.

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator